

localizados do lado da recepção, atitudes, práticas e consumos dos públicos. De facto, quando falavam em mercadorias culturais, os pensadores alemães não davam inteiramente conta de uma última dificuldade: a da conversão de valores de troca gerais desses bens, em valores de uso que, na realidade, são diferenciados. Conversão do geral no geral, portanto condicionada e limitada por conhecidas barreiras de natureza social, económica e cultural.

A aura nunca pôde viver apenas do estatuto singular das obras; precisou sempre do reconhecimento da sua originalidade, uma originalidade que o modernismo elogiado por Adorno associava à ambiguidade, indeterminação ou mesmo elisão de sentido das obras. Em princípio, a perversão do original na série traçada o caminho do fácil entendimento e fruição da cultura pelas massas. Esta perversão que tanto indignava os pioneiros de Frankfurt, pressupunha uma equação simples: valores gerais de troca dos bens idênticos a valores também gerais de consumo. Porém, mesmo quando isso parece acontecer sem limites (nas ditas indústrias culturais de massas), não deixaram de se recriar as condições para o subsistir da aura. Onde e como? Justamente na descontinuidade que sempre reencontramos entre aquelas duas esferas de valores da mercadoria cultural. A lógica da paridade do lado da produção cultural tem, portanto, um difícil diálogo com a lógica da diversidade do lado da recepção e das categorias de reconhecimento da cultura. É esta diversidade que garante, por último, a percepção do único nos objectos em série. Paradoxo? Não. Simplesmente a disponibilidade milenar da arte e da cultura para a diferença e para o encantamento. O encantamento que sentimos perante as coisas que somos capazes de reconhecer como únicas ou que decidimos viver como únicas. Relembremos Benjamin: pode ser o rasto de um olhar, ou esse contorno indefinido, mas que guardamos para sempre, do galho de uma árvore ao cair da tarde...

IV Valores nos Anos 90: Romantismo ou Pragmatismo?

*Intervenção de
João Ferreira de Almeida**

A proposta de um debate implica por vezes dificuldades logo na localização do tema. A dificuldade da componente prospectiva - o que vai passar-se nos anos 90? - soma-se aqui a de definir aceitavelmente, embora só para afeitos da nossa conversa, os termos pragmatismo e romantismo.

Quanto ao pragmatismo aceitemos a ideia de que a noção remete para atitudes de realismo na avaliação do que se passa e do que pode vir a passar-se.

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ISCTE

É pragmático quem aceita sólidas regras de jogo, quem procura utilizar de modo sistemático o bom senso e o senso comum - aliás não necessariamente coincidentes - quem procura identificar situações e processos, define estratégias razoáveis e com elas conforma expectativas e acções.

Para que o romantismo possa competir em alternativa com esse tipo de atitude temos então de lhe atribuir alguma dose de irrealismo, de pés menos bem assentes na terra, temos de o ligar a procuras do difícil ou até do impossível. É um termo, este, polissémico, com grande carga conotativa, com curso de aplicações muito variadas que vão, por exemplo, da cultura culta e da arte erudita até à qualificação de certo tipo de canções ligeiras. Mas os usos que agora nos interessam são os de posturas consideradas em geral pouco razoáveis, como as que caracterizam o chamado romantismo revolucionário e hoje, provavelmente, qualquer atitude revolucionária. São, em suma, as posturas inconformistas, talvez as irracionais, em qualquer caso, e por definição, as não pragmáticas.

Quanto à questão do futuro, por outro lado, podemos admitir que ele só parcialmente a Deus pertence. Há mesmo quem - estou a pensar numa socióloga austríaca - tenha optimisticamente sugerido que à noção de um "futuro aberto", ou seja, insondável, se vá substituindo a noção de "presente prolongado". Se o futuro vai sendo melhor analisado e compreendido e, por isso mesmo, susceptível de correções voluntárias, ele torna-se menos incontável do que costumava ser. O que é certo, de qualquer modo, é que a visibilidade ainda que eventualmente equivocada do que está para vir interfere cada vez mais com o presente, responsabiliza pelas opções que se vão fazendo e aproxima de nós as gerações vindouras. Basta pensar, por exemplo, na presença consciente e na difusão sem precedentes dos problemas do ambiente, da paz, da energia, do desenvolvimento e do crescimento económico, para verificar a força dessas retroprojectões de visibilidades futuras. A prospectiva passou mesmo a constituir um automatismo, se não na prática da Sociologia, certamente na actividade política.

A proposta, aqui, é que falemos de valores e representações. Falamos então do domínio do simbólico, dos modos de pensar e sentir que se referem a preferências e a saberes mais ou menos sistematizados. Não falamos do que as pessoas fazem. Claro que há boas razões para admitir alguma relação entre o que as pessoas fazem e aquilo que elas pensam e dizem, só que tal relação não é, necessariamente, de coincidência.

Um primeiro exemplo, retirado dos resultados de um inquérito, terminado em 89, dirigido aos portugueses com actividade profissional e vivendo em cidades, pode aliás ilustrar essas descoincidências entre pensar e agir. Uma das perguntas sobre família e conjugalidade procurava ver como se distribuíam os respondentes por três tipos: o simétrico, abrangendo aqueles que entendem que na família o ideal é que tanto o homem como a mulher tenham actividade profissional e que ambos cuidem dos filhos e partilhem tarefas domésticas; o simétrico atenuado, em que embora aprovando a actividade profissional da

mulher se acha preferível que ela seja menos absorvente de modo a permitir-lhe desempenhar o essencial das tarefas domésticas; o tipo tradicional, por fim, que engloba todos os que pensam que idealmente a mulher deve ocupar-se da casa e dos filhos deixando ao homem o exercício exclusivo de actividade profissional. Os resultados obtidos deram 65% para o tipo simétrico, 23% para o simétrico atenuado e apenas 10% para o tradicional.

Mesmo tendo em conta o facto de se tratar da população urbana e activa, ninguém acreditará que as preferências expressas tenham tradução factual nem sequer aproximada. E resultados de análise a comportamentos mostram que a simetria real de posições e tarefas no casal ficam realmente muitíssimo aquém dessa distribuição de preferências. Mas não é em todo o caso indiferente que hoje se ache ser a boa resposta a que escolhe o modelo simétrico, quando 20 ou 30 anos atrás e entre os universitários, só uma muito pequena minoria a seleccionava.

Será pragmatismo, da parte dos homens, essa escolha de conformismo com o espírito do tempo, enquanto muitos resistem, por outro lado, à sua concretização

O par pragmatismo e romantismo talvez tenha já mais relação com os modelos fusão e autonomia com que os sociólogos da família costumam qualificar respectivamente os que facilmente admitem sacrifícios individuais como modo de obter harmonia familiar e aqueles que preferem pensar que essa harmonia só pode acontecer se cada um dos membros se sentir individualmente bem. No nosso inquérito, há pouco mencionado, eram 42% os primeiros e 56% os outros.

Pode ser que o modelo da autonomia esteja mais distante do pragmatismo, seja mais aventureiro, mais disponível para o romantismo. Mas não é certo. O que é certo, em todo o caso, é que o próprio sentido de romantismo e pragmatismo varia com o seu ponto de aplicação, justificando um último exemplo, retirado da mesma pesquisa, mas passando para o campo profissional.

Valorizar o trabalho, essencialmente, o seu conteúdo intrínseco (os aspectos de prazer, as componentes de vocação) ou optar por orientações extrínsecas sociais (preocupar-se sobretudo com ser esse trabalho útil à sociedade) corresponde a atitudes que, sendo claramente diferentes, talvez se possam considerar ambas românticas. Pelo menos se as compararmos com as dos que procuram na profissão, acima de tudo, a remuneração e o prestígio, ou seja, recompensas extrínsecas pessoais. Enquanto as duas orientações românticas se situavam em primeiro e terceiro lugar nas preferências expressas, a busca de recompensas extrínsecas pessoais ficava em segundo no nosso inquérito, mostrando, ainda uma vez, a variabilidade de valores dos respondentes.

Não é possível prolongar o exercício. Apesar do carácter grosseiro da simplificação que consiste em supor homogéneo o que é prodigiosamente diversificado em termos de valores e dos respectivos grupos suporte, arrisquem-se, telegraficamente, duas proposições sobre o futuro, sobre evoluções que parecem prováveis na nossa sociedade.

A primeira diz respeito ao conteúdo dos valores ou à sua focalização. Aparece cada vez mais saliente, neste campo, o elemento realização pessoal. Dir-se-á que sempre foi, mas a novidade tendencial reside aqui, essencialmente, no tratar-se de uma orientação crescentemente reflexiva, consciente, estratégica, anunciada, implicando a recusa de qualquer forma de adiamento ou de diluição. Será a realização pessoal mera forma do individualismo, com conotações narcisistas, autocentradas? Não necessariamente. Ela é compatível com solidariedades, com formas de participação e intervenção social - apesar da desconfiança generalizada nas instituições - com éticas profissionais e de relacionamento intersubjectiva. Trata-se de uma orientação, em suma, que diversifica objectivos e meios, que elimina automatismos.

A segunda proposição é já relativa ao modo de relacionamento com os valores, não ao seu conteúdo. A ênfase aqui parece estar a ser crescentemente posta na regulação processual, por um lado, no eclectismo de selecção e combinatória de elementos ideológicos, por outro. A norma universal, mesmo a que rege os valores mais duros, mais reveladores de intransigências como os éticos, os políticos, os religiosos, está a temperar-se, a perder rigidez. Desde logo porque se vai admitindo mais facilmente opções diferentes nos outros. Mas há também uma evidente crise de objectivos sistemáticos e globais, o generalizado ceptismo em relação a modelos finalistas fechados. Talvez os amanhã tenham deixado de cantar ou talvez só possam cantar ao som do que se vai fazendo hoje no plano dos processos visíveis, próximos, controláveis, cuja bondade ou maldade é por si própria avaliada. É um modo de chamar o futuro para mais perto de nós. Não há, em todo o caso, nenhum fim das ideologias. As grandes referências ideológicas mantêm-se, ao contrário, surpreendentemente estáveis e disponíveis, na política, na religião, na afectividade. O que as pessoas e os grupos se dotam é sobretudo de objectivos processuais e relacionais, ao mesmo tempo que reclamam e usam autonomia para combinar e para gerir elementos dessas grandes referências. Neste matéria, ao invés do que se passa noutros domínios, vai-se preferindo o por medida ao pronto a vestir. O que, sendo certamente atitude romântica, não deixa de ser também uma opção pragmática.

*Intervenção de
Juan Mozzicafreddo**

Prefigurando talvez o futuro próximo, podemos dizer que vivemos numa época em que os valores e comportamentos pragmáticos e românticos coexistem de forma complementar. Todavia, para pensar o futuro, objecto deste debate, não

* ISCTE

há nada melhor do que pensar o passado. Recuemos um pouco, portanto, na nossa história comum.

1. Em 1780, Federico o Grande publica, na Prússia, um livro sobre literatura alemã onde critica o gosto do povo alemão pelas peças de teatro de Shakespeare. "Para vos convercerdes, diz Federico, o Grande, da falta de gosto que até hoje tem reinado na Alemanha, precisais apenas de ir aos espectáculos públicos. Aí vereis representadas as abomináveis peças de Shakespeare, traduzidas na nossa língua, e todo o público extasiar-se ao ouvir essas farças ridículas... Eis que aparecem carregadores e coveiros, que têm conversas dignas deles; em seguida vem príncipes e rainhas. Como pode essa excêntrica mistura de baixa e grandeza, de bufonaria e de tragédia, comover e agradar?"

Federico o Grande não acha graça nenhuma às piadas grosseiras e incivilizadas; são prazeres das classes baixas, contrárias à civilização da corte prusiana, que fala francês, que se comporta com requintes e boas maneiras e têm sentimentos e emoções auto-controlados. Na corte, como diz Norbert Elias em *O Processo Civilizacional* (do qual é extraído o episódio referido), predominam a moderação da emotividade individual accionando os mecanismos da razão.

É uma sociedade, onde o auto-controlo das emoções, a educação e a interdependência das relações individuais diferenciam a civilização dos comportamentos e gostos populares. Distanciação que, contudo, vai lentamente atraindo - por efeitos de imitação e de interacção - o povo, portanto, a sociedade e particularmente os estratos que não fazem parte da corte.

No entanto, o gosto estético da camada intelectual que convive com a sociedade burguesa nascente - excluída da corte, da política e da cultura refinada regeita a cultura fria, a poesia insensível e indiferente da aristocracia. Goethe, Schiller, poetas românticos, contrapõem a esta civilização das emoções autocontroladas a sensibilidade das emoções, a emotividade do gosto popular - e da língua popular - o sentido da nação e da natureza, a excitação do coração. Em suma, os românticos exaltam os sentidos dos sentimentos.

Deste recurso à História, utilizada com intuítos comparativos com o presente - demarche que, diga se de passagem, não é verdadeira, mas apenas interessante - podemos, na esteira de Elias (em *Sociedade da Corte*) extrair duas observações.

Vemos, por um lado, que os membros dos estratos populares e culturais excluídos da corte, contrapõem a esta exterioridade cultural da civilização, uma forma cultural e comportamental de interioridade dos sentimentos. Posteriormente, poetas como Keats e Byron proclamam a profundeza dos sentimentos face aos delírios da razão. Por outro lado, estas tendências românticas, parecem exprimir as frustrações afectivas e sociais resultantes da inserção dos indivíduos numa rede de relações interdependentes, institucionais e indiferenciadas, que caracterizam as transformações da sociedade da época. Face a uma relativa institucionalização das relações individuais procura-se uma existência mais livre e mais emotiva; uma existência menos sujeita às obrigações, às hierarquias

e aos poderes de uma sociedade em processo de desenvolvimento e de integração sócio-cultural.

2. Ora bem, voltemos ao presente. É evidente que as sociedades mudam, mudam em relação às estruturas sociais e aos valores, assim como os indivíduos mudam também em relação aos comportamentos e às representações, sendo que esta mudança é relativamente simultânea e recíproca porque articulada. E nessas transformações parece haver uma relativa predominância de valores e comportamentos pragmáticos, melhor dizendo, valores utilitários e contractualistas. Interessará, portanto, adiantar algumas pistas explicativas deste processo.

As transformações das estruturas sociais estão, por um lado, associadas às alterações dos valores e dos comportamentos. Cada vez mais as sociedades dependem da evolução das tecnologias e das qualificações que lhe estão subjacentes, enquanto a educação e a formação profissional tornam-se vectores predominantes nos comportamentos dos indivíduos. Estas transformações nas estruturas sociais e nas situações dos indivíduos estão na base tanto das melhorias nas condições sociais e culturais como das despromoções sociais e qualificacionais de outros importantes sectores sociais.

A realização profissional e o sucesso pessoal, como acaba de ser referido pelo meu colega João Ferreira de Almeida, norteam no entanto os valores e as práticas dos indivíduos e difundem as novas expectativas de sucesso profissional e de integração social compensatória. Estas novas representações põem, digamos assim, o problema da utilidade social da acção individual no que diz respeito, nomeadamente, às recompensas materiais e simbólicas. Há portanto uma forte pressão para considerar a utilidade da acção individual como valor central dos comportamentos na medida em que essa acção é responsável pelo sucesso pessoal e profissional.

O funcionamento e a consolidação do regime democrático são, por outro lado, factores que também influenciam esta difusão de comportamentos utilitários e contractualistas. O indivíduo torna-se fundamento dos sistemas democráticos tanto nos procedimentos como nas recompensas. A laicização da vida política - a sua institucionalização e conseqüente diminuição do seu carácter ideológico - transforma a política num meio de obtenção de recompensas integrativas. Isto propicia o desenvolvimento de uma atitude pragmática face aos resultados sociais e valorativos, uma lealdade flutuante, uma aderência instrumental às políticas e às decisões governamentais.

Uma outra questão interessante é que o funcionamento do regime democrático, pela extensão dos direitos individuais e pela maneira como processa a negociação dos contratos e consensos colectivos de orientação das sociedades, estimula e motiva o contractualismo. Ao nível macro-social podemos encontrar uma espécie de *contratualismo institucional*, acordos e negociação quer ao nível das políticas, quer ao nível das solidariedades sociais, quer ao nível da reconversão de sectores sociais e de modernização das instituições. Ao nível micro-social, assiste-se também a um estímulo do que se poderia chamar um

contratualismo fragmentário, para utilizar uma ideia desenvolvida algures pelos meus colegas António Costa e Dores Guerreiro. Contratualismo este que está na base dos acordos e interações entre indivíduos que, não tendo já grandes adesões a valores ideológicos ou sentidos colectivos para além do próprio funcionamento das sociedades, aderem fragmentariamente às acções que estimulam certas solidariedades associativas que dão um sentido as suas acções utilitárias malgrado a sua descontinuidade.

3. Temos assim algumas das razões que sustentam os comportamentos pragmáticos na sua vertente utilitária e contratualista. É o momento de nos perguntarmos sobre as tendências românticas nas actuais sociedades.

Parece-nos que os valores e comportamentos românticos surgem em articulação e em complemento a esses grupos de valores contratualistas e utilitários. A perda de intensidade ou a esgotamento dos valores ideológicos, alternativos ou utópicos, assim como a diminuição da euforia narcísica (social e culturalmente considerada) encaminha para a procura de sentido na interioridade das próprias sociedades. Quer isto dizer que não há uma reserva exterior de modelos alternativos, um oásis de valores, uma terra de felicidade, que seja alternativa às actuais sociedades democráticas. Aceitando-se em geral a positividade das características das sociedades, procura-se introduzir, como diriam os poetas românticos, interioridade e profundidade de sentimentos a esta frieza e indiferência contratual e utilitária das sociedades. Farei, para concluir, apenas três observações a este propósito.

Por um lado, encontramos uma multiplicação dos valores que formam a personalidade, alguns deles clássicos, como a amizade, o casamento, o amor simples mas duradouro; isto em contraposição, por exemplo, ao amor frívolo da aristocracia da corte ou à sensualidade efémera das antigas elites pós-modernas. Acrecente-se a divulgação, hoje em dia, do gosto pelas coisas que fazem parte do património comum, da cultura comum, do local, das nacionalidades, ou seja, valores que abrigam afectivamente os indivíduos face a uma institucionalização indiferenciada das sociedades que, no entanto, não é rejeitada. Daí portanto o valor do romantismo como uma rebeldia conservadora.

Há, por outro lado, uma procura de micro-solidariedades associativas, de retorno à natureza, de nostalgia de uma vida mais simples e tranquila do que a das actuais sociedades. Assistimos nós, neste espaço de Debate "As Noites de Sociologia", na primeira sessão dedicada a discussão do confronto cidade/campo, a um sentimento difuso, mas presente, de nostalgia da natureza, a uma crítica ao poder institucional que, como diria Goethe, transformou a natureza em paisagem.

Por último, não deixa de ser interessante presenciar a recuperação do amor-paixão, quintessência do romantismo, face à difusão e avaliação positiva das efémeras e pós-modernas aventuras amorosas geradas na década passada. O amor-paixão é, aliás, tanto um valor romântico como o é a nostalgia e o prazer desse amor irrecuperável. E hoje em dia talvez tenhamos um sentimento romântico dessa natureza, contraposto a sensualidade narcísica, efémera, des-

contínua e descomprometida, talvez tenhamos, dizia, uma necessidade de retorno aos valores clássicos do amor romântico, passional, forte, comprometido e, se possível, duradouro. E se não duradouro, pelo menos nostálgico.

*Intervenção de
Virgínia Ferreira**

Constata-se uma certa recorrência cíclica entre pragmatismo e romantismo, pelo menos desde o século XVIII, século que configurou as estruturas dos quadros actuais do pensamento. A esse período iluminista, cheio de fé na Razão, seguiu-se a reacção dos românticos que enfatizou o retorno à natureza, à imaginação e à emoção. Em seguida, o pragmatismo centrou a nossa atenção no mundo objectivo, na facticidade, no qual os factos são avaliados em função das suas consequências.

Também a história do feminismo apresenta uma recorrência deste tipo, entre igualitarismo e separatismo. Assim, textos feministas do século XVIII, sobretudo de francesas, reivindicaram igualdade de direitos para homens e mulheres. Durante a época romântica prevaleceu um discurso de exaltação da feminilidade e das diferenças entre homens e mulheres mas o pragmatismo trouxe de novo o discurso igualitarista (passagem do século XIX para o século XX). Em épocas de domínio da Razão, o feminismo adquire uma feição mais reivindicativa, mais denunciadora das desigualdades, enquanto que sob a influência romântica resvala para uma certa justificação e supervalorização das diferenças entre homens e mulheres.

Igualitarismo versus separatismo

Esta recorrência é inevitável, uma vez que ambos os reducionismos dicotómicos (romantismo/pragmatismo; igualitarismo/separatismo) correspondem a facetas complementares da realidade e quando centramos a nossa atenção numa delas, a esquecida reage, denunciando e reclamando a sua importância. Senão desmontemos mais de perto o discurso feminista. Quando as mulheres reivindicam direitos iguais aos dos homens, fazem-no denunciando a diferença de direitos existente. A sua argumentação para defenderem a igualdade de direitos passa então pela afirmação de que as mulheres são sujeitos tão valiosos socialmente como os homens, apesar de serem diferentes. E é aqui neste "apesar de " que começa o discurso separatista, marcado pela valorização da feminilidade.

É notório, vários têm sido os autores a fazerem este diagnóstico, que vivemos uma época em que é a diferença que conta. Grande parte da produção teórica que hoje se reivindica de feminista integra-se numa corrente a que se

* Universidade de Coimbra

chama já o "pós-feminismo atlântico", designação que traduz o cruzamento de influências entre a produção francesa e a norte-americana. Qual é o seu traço fundamental? Em Luce Irigaray, por exemplo, a diferença do feminino passa pela sua auto-determinação, pela sua auto-afecção desembaraçada de todo o centrismo, e pela pluralidade, fluência, contiguidade e proximidade que o caracterizam.

Esta concepção retorna aos "instintos" e às "essências" femininas, o que lhe confere um carácter extremamente conformista e inibidor da mobilização necessária à transformação social. Também tem, no entanto, alguns aspectos positivos, principalmente aqueles que constituem uma reação de negação ao feminismo das décadas de 60 e 70, naquilo que nele teve de mais radical. A verdade é que nesse período o feminismo não gostava nada das mulheres, nem dos homens, nem das relações existentes entre ambos. As relações eram interpretadas sob o signo da metáfora da violação e as mulheres que não reconhecessem pertinência a essa leitura consideradas "alienadas". A esta luz só as relações dentro do quadro do lesbianismo adquiriam consistência.

Penso que o discurso da diferença continua a ser marcado pela metáfora do violação, embora isso não sobressaia tanto, dado que é muito menos racional nas leituras que propõe do que o era o feminismo dos anos 60 e 70, cujo tema dominante era precisamente as relações entre os sexos.

O legado dos Anos 50

O último período em que o pensamento feminista foi inspirado na diferença foi o da década de 50. Qual foi o seu legado? Tratando-se de uma década celebratória do fim da guerra, quer ela fosse de nações, de classes ou de sexos, a promessa do futuro e o expansionismo económico inspiraram ideologias de complementaridade entre virtudes e esferas femininas e masculinas. Como reivindicação principal surgiu a do prazer sexual para ambos os membros do casal e da liberdade sexual pré-matrimonial. Foi a partir de então que o planeamento familiar ganhou definitivamente balanço e produziu os resultados com que todos nós hoje estamos familiarizados. A tónica na "felicidade matrimonial" era perfeitamente consonante com a importância da esfera familiar na década de 50.

Não resisto a trazer aqui a caracterização da juventude europeia dos anos 50, feita por Luis Aranguren: por ser pragmática, céptica e acomodada, faz a exaltação do quotidiano, da esfera privada, da segurança e do sentimento, procura uma situação profissional sólida e uma vida familiar satisfatória; caracterizada por um forte conformismo social, afasta-se da política institucional e da vida pública e pratica um associativismo pontual, funcional e desorganizado; menos sensibilizada para o conflito de gerações, prolonga a estadia em casa dos pais; menos empenhada, substitui a escrita e a leitura pela TV, pela BD e pelo LP; entediada, reage com rebeldia e de forma inconsequente e entrega-se eventualmente a contra-culturas. Desconfiaria bastante deste texto se ele tivesse sido escrito em 1990, pois mais pareceria uma projecção no

passado do que é hoje comum dizer que é o presente juventude, mas, uma vez que foi escrito nos finais dos anos 50, merece-me alguma credibilidade.

Isto para dizer que não tenho dúvidas de que aprendemos alguma coisa sobre o futuro nestas ingressões ao passado. De facto, encontramos nesta caracterização alguns traços que reconhecemos como possíveis dos tempos mais próximos, embora não pense, evidentemente, que os anos 90 serão iguais aos anos 50. Vivemos um tempo de revalorização da tradição e da cultura familiar e religiosa, mas a tradição está limitada aos símbolos mais ou menos folclóricos, a religião é de tipo mais ou menos exótico e a família e as relações familiares já são o resultado das transformações que lhe foram infligidas pela actividade de 20 anos de feminismo igualitarista e agonístico. Contrariamente ao que acontecia nos anos 50, cada vez mais mulheres recusam arcar sózinhas com o fardo da dupla tarefa, principalmente porque agora encaram o seu trabalho como uma verdadeira carreira profissional, e não como mero acrescento de uns tostões ao orçamento familiar.

Anos 90 - Feminismo difuso

Os anos 90 serão tempos de feminismo difuso, nos quais não haverá lugar para movimentações de massas, mas em cujos poros respiram ideias e propostas feministas, quer pensemos na ciência, na cultura, na literatura ou até na linguagem. A expressão pública do feminismo é presentemente quase nula (está praticamente acantonado nas academias), mas podemos dizer que a ideologia feminista se infiltrou na consciência social. É possível, por isso assistir à coexistência de linguagens tão diferentes como as utilizadas em reivindicações às instituições e que falam de lobbies ou de tráfico de influências, ou, ainda, como as praticadas na Escola Superior de Sedução, cuja criação em Itália foi recentemente noticiada na nossa imprensa. A consituição de um *lobby* no Parlamento Europeu para defender os interesses das mulheres e uma escola em que são ensinadas disciplinas como "Princípios de Maquilhagem I" e "II" e "Arte de calçar as meias com sedução" seriam impensáveis, embora por motivos diferentes, há anos atrás, e, no entanto, ambas as práticas se reivindicam da perspectiva feminista. Afinal, pragmatismo e romantismo em alegre convivência, num período em que cada mulher deve beber e assimilar sofregamente os direitos ganhos nas lutas colectivas dos anos 60 e 70.

*Intervenção de
Manuel Braga da Cruz**

Se algum elo de ligação me parece que existe entre o romantismo e o pragmatismo é precisamente o individualismo. Simplesmente, o individualismo de hoje é, em minha opinião, muito pouco romântico e muito mais pragmático.

A sociedade de massas e de consumo em que cada vez mais vivemos é de facto uma espécie de "multidão solitária", como lhe chamou David Riesman. O que mais caracteriza a vida social nestas sociedades urbanizadas é a genérica perda do sentido comunitário.

O João Ferreira de Almeida referiu-se a algo com que estou muito de acordo: parece que os meios estão a triunfar sobre os fins. E o Juan Mozzicafreddo falou também do crescente contratualismo. São, em minha opinião, duas maneiras de referir um mesmo fenómeno: estamos a assistir à proliferação cada vez mais intensa de relações societárias e à diminuição progressiva correspondente de relações comunitárias, para usar a dicotomia de Tonnies. São diferentes tipos de vontade que determinam estes diferentes tipos sociais. As relações entre os homens tendem a instrumentalizar-se cada vez mais, a coisificar-se, nestas sociedades pós-modernas, ou seja, temos tendência a estabelecer entre nós relações instrumentais, predominantemente contratuais. Ao não desejar as relações por si próprias, como espaço de realização comunitária, mas finalizando as relações à satisfação crescente de interesses e de necessidades que multiplicamos na nossa vida quotidiana, estamos a pragmatizar a vida social, mas também a torná-la cada vez menos comunitária.

Esta perda de sentido comunitário na vida das sociedades pós-modernas pode ajudar-nos a explicar um outra mudança importante que é a da perda do sentido do sagrado. Se as sociedades industriais foram sociedades secularizadoras, as sociedades pós-industriais em que cada vez mais vivemos parecem ser sobretudo dessacralizadoras. A sociedade de consumo é uma sociedade edonista onde o prazer e a sua procura tudo legitima. Somos convidados a experimentar o máximo prazer, todo o prazer, sem limites a essa experimentação. As sociedades de consumo tendem pois a banir os interditos e, nesse sentido, a dessacralizar as relações sociais, já que o constitutivo do fenómeno religioso, como o frisou Durkheim, é a separação ou distinção entre o profano e o sagrado, entendendo assim por sacralização o processo de ocultamento, de separação, de interdição. E nesse sentido somos também constantemente chamados a tudo desencantar e desnudar. Não é por acaso que o nudismo é uma das mais marcantes características desta cultura civilizacional.

O consumismo aponta obviamente para crescentes exigências de qualidade de vida que caracterizam as sociedades pós-materialistas de que fala Ronald

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ISCTE

Inglehart. As sociedades industriais como sociedades materialistas, ter-se-iam preocupado fundamentalmente com a ordem, a segurança, com a subsistência. Uma vez conseguidos estes objectivos, as sociedades de consumo assumiram como objectivos prioritários a qualidade de vida, a sobrevivência, valores por conseguinte pós-materialistas.

Esta difusão do consumo e da exigência de qualidade condiciona fortemente os novos mecanismos de identificação social e de realização pessoal. Se outrora a integração social - e a marginalização social também - se faziam sobretudo através das estruturas e dos processos de produção, hoje tendem a fazer-se mais pelos mecanismos de consumo. Ora esta integração pelo consumo determina uma crescente instrumentalização do trabalho. O trabalho tende a ser visto como um meio de prossecução de proventos monetários que permitam a inserção no consumo e a identificação social pelo consumo.

Esta identificação, muito mais do que uma identificação pela pertença, feita através da integração e participação em "grupos de pertença", tende a ser crescentemente uma identificação pela referência, traduzida pela inserção cada vez mais difusa e variada em "grupos de referência", para fazer apelo à caracterização utilizada por Robert Merton destes conceitos.

Há por conseguinte uma maior necessidade de dinheiro para a realização da identificação social destes consumidores. A progressiva "desprivatização" dos espaços de recreação, com a transferência de funções recreativas da família e da escola para fora delas, favorece a procura de símbolos de identificação no consumismo: as marcas do vestuário, as modas, os ídolos do desporto e das artes, etc.

A realização pessoal entendida na perspectiva da realização profissional, já aqui falada, é também afectada por esta lógica da integração e da identificação social. A realização profissional nas sociedades industriais passava muito pela relação com a instituição em que se trabalhava. Exercia-se a mesma profissão toda a vida e numa mesma instituição de produção. As exigências de consumo passaram a determinar uma grande mobilidade não só institucional mas até profissional.

Terminaria dizendo que me parece que há um notório declínio das ideologias e uma progressiva afirmação e organização dos interesses. Deste ponto de vista a nossa sociedade contemporânea tende a ser uma sociedade muito mais pragmática e muito pouco romântica.

*Intervenção de
Manuel Villaverde Cabral**

Uma pausa na actualidade é sempre boa para melhor pensar. É isso que peço licença para fazer hoje, pondo por escrito as notas com que contribuí, faz hoje oito dias, para a última das concorridíssimas "Noites de Sociologia", organizadas pela nossa Associação profissional, na Livraria Barata. O tema ("Anos 90: pragmatismo ou romantismo?") não deixa de constituir uma óbvia concessão à moda do pós-modernismo, mas nem por isso o debate foi menos vivo e divertido. Provou-se que a antinomia proposta não era, com certeza, das mais rigorosas, mas foi mesmo assim suficientemente fecunda.

Com efeito, se quisermos que a prospectiva, a interrogação do futuro, seja algo mais do que uma projecção estatística das forças e valores medianos do presente, então é preciso correr o risco de profetizar, como nos sugerem algumas reflexões recentes. Acresce que há muito as ciências humanas estão cientes do facto de toda e qualquer profecia social tender, nalguma medida, para a sua própria realização. É aquilo a que os anglo-saxões chamam uma "self-fulfilling prophecy".

Antes porém de começar a profetizar, convém lembrar que, se algo marca cada vez mais distintamente a nossa época, e talvez por isso alguns lhe chamem confusamente pós-moderna, é o facto de o futuro parecer, por assim dizer, recuar velozmente diante de nós. Como recordou um dos meus colegas, é como se vivêssemos numa espécie de presente prolongado. Já no princípio do nosso século, logo a seguir ao movimento futurista, os valores estéticos se orientaram para uma sorte de presentismo - uma suspensão reflexiva.

Que eu saiba, ninguém explicou melhor a difusão e aceleração destes processos do que um dos mais importantes teóricos da revolução social contemporânea, o alemão Niklas Luhmann, num ensaio de 1976, significativamente intitulado "O futuro não pode começar". O que queria ele dizer com isso? Muito resumidamente o seguinte: na nossa época hipercientífica e técnica, é como se possuíssemos uma espécie de iluminismo sociológico que faz com que, conscientemente, antecipemos o futuro em cada uma das nossas decisões e, ao antecipá-lo, de certo modo o impedíssemos de começar. A sapiência de que as suas consequências não-antecipadas e os seus efeitos perversos são iminentes confere à tomada de decisões, cada vez mais complexas e informadas simultaneamente, uma flexibilidade que se traduz na contínua projecção do futuro num futuro posterior, por assim dizer, permanentemente adiado. É isto que leva Luhmann a concluir que, ao contrário de tudo quanto postulavam os voluntarismos do passado, as transformações mais profundas e duradouras são,

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ISCTE. Posteriormente às Noites de Sociologia, esta intervenção foi publicada no jornal *O Público* de 12 de Abril de 1990.

precisamente, aquelas que ocorrem sem que delas nos demos conta, porque, se as tivéssemos podido prever, provavelmente tê-las-íamos evitado.

Percebe-se, neste contexto, como a contraposição entre pragmatismo e romantismo não passa de uma antinomia artificial posta na moda pela ideologia pós-modernista do fim da história. Porquanto, se é verdade que, prudentemente, fazemos tudo para impedir o futuro de começar, nem por isso deixa de vir ter connosco a seu tempo. É preciso, pois, desentranhar das ideologias, enquanto petrificações de sonhos e sabores passados, aquilo a que se poderia chamar um núcleo hipoteticamente veraz, susceptível de constituir a profecia em prospectiva minimamente controlada.

Há, certamente, um caminho que não leva a parte alguma: é o da repetição. Já se sabe que, para a ideologia romântica, o pragmático não passa de um utilitarista, quando não um oportunista pronto a vender a alma por uma tuta e meia; e para a ideologia pragmática, o romântico não passa de um sentimental, quando não um sonhador pronto a acreditar no Pai Natal... Foi esta contraposição arcaica que as pós-modernices reconstituíram, sob o pretexto de insuflar um pouco de alma num universo pretensamente rarefeito e desencantado...

Disto fizeram uma banalíssima ideologia da diferença, do barroquismo e do amaneiramento. Em suma, um pensamento mole que ignora que o próprio da crescente diferenciação social é, justamente, instituir as diferenças individuais em aspiração universal, do mesmo modo que o chamado desencanto perante o desnudamento de toda e qualquer aura colectiva se instituiu, por assim dizer, em pólo negativo de novos encantamentos, a começar pelo da positividade universalmente conferida à chamada realização pessoal. Tudo coisas interessantes e bonitas, que só é pena não serem mais conhecidas.

Em contrapartida, talvez não seja impossível desentranhar da arqueologia de ambas as ideologias - romântica e pragmática - os seus núcleos verazes, as pepitas de ouro que porventura jezem entre os calhaus do tempo. Se não for útil, o exercício também não faz mal a ninguém. A fim de constituir aquele par de noções numa antinomia eventualmente operatória, talvez se deva recorrer a um procedimento, rudimentar embora, de interpelação etimológica. Nomeadamente, conviria repor cada uma das ideologia - ou melhor, dos seus núcleos - no seu campo estrito e na sua série histórica.

Não é este o lugar nem eu tenho competência para escrever aqui dois mini-tratados sobre o romantismo e o pragmatismo. Do primeiro, direi tão-só que vale a pena desentranhar o seu núcleo propriamente estético - o seu sistema de orientação à beleza como valor subjectivo - dessa infinita proliferação de sentidos, tanto mais confusos quanto esquecemos de os colocar na sua série de oposições - ao classicismo a montante e ao modernismo a jusante. Se me é permitido brincar com as palavras, em romantismo há romance e este evoca, irresistivelmente, o amor. Sociologicamente, foi no amor romântico que endureceu, por assim dizer, aquele núcleo estético.

O mesmo Luhmann mostrou como a concepção romântica do amor se democratizou nas sociedades modernas. Cruzando-se com a psicanálise, que

parece ser a única teoria que temos para a sexualidade humana, o amor como paixão tornou-se o código universal para a instituição, simultânea, de relações afectivas e sexuais. Do romantismo, pois, reterei o enunciado dessa paixão social que é hoje o amor, constituindo a taxa de divórcio, obviamente, o melhor indicador da quantidade de paixão socialmente disponível.

Estão por fazer uma sociologia e uma economia do amor, mas não tenho dúvidas de que elas mostrarão que o enorme investimento pessoal que nele se faz é, por assim dizer, inversamente proporcional à normalização e rotinização da nossa vida social. Contra a ideologia romântica, porém, as excessivas expectativas criadas por aquele super-investimento não podem senão aumentar as probabilidades de fracasso, o que dá lugar a uma dialéctica entre satisfação e frustração, cuja alta produtividade se traduz na corrida à felicidade pessoal e na estetização da vida social. O que se esvazia de um lado, logo se enche do outro.

É aqui que deve entrar o pragmatismo, enquanto bissectriz filosófica que se pode tirar entre realismo e o idealismo. Como filosofia da ciência laboratorial, oposta à arcaica dissociação entre meios e fins, o pragmatismo pode, quando reconduzido ao núcleo regulador de Charles S. Peirce (1839-1914), instituir metaforicamente aquilo a que me apraz chamar uma pragmática do romance, isto é, uma tensão permanente, só resolúvel experimental e temporariamente, entre conhecimentos adquiridos e aspirações legítimas.

Em suma, uma espécie de pragmática do amor: não sei ao que vou, mas sei como lá se vai. Do pessoal ao político, o paralelo não me parece difícil de fazer. Não é por acaso que o pragmatismo norte-americano do princípio do século ficou, também, como uma filosofia da democracia, enquanto método experimental orientado pela liberdade como valor subjectivo equivalente à beleza. Uma vez mais, a produtividade do método democrático está aí para sugerir uma razoável adequação do ideal ao real.